

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/ London, Routledge, 2001.

Andréa Slemian

Doutoranda em História Social pela USP

A vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e seus desdobramentos no plano da política imperial são tópico recorrente nos mais variados estudos históricos que se dedicam à compreensão dos primórdios dos oitocentos, tanto na América como em Portugal. Episódio sem similar no mundo atlântico da época, a instalação da Corte num espaço historicamente construído na periferia do sistema mundial faz supor por si só a revelância da análise de seus significados que, mesmo profusamente abordados na historiografia, ainda guardam aspectos a serem esclarecidos na sua devida complexidade. A importância de sua discussão é reforçada pelo fato de tratar-se de um período marcado por profundas mudanças nos paradigmas políticos mundiais e crise do modelo de sociedade nos moldes do Antigo Regime, que, no âmbito português, evidenciaria-se na tentativa dos homens de Estado em resguardar o Império contra os avanços revolucionários e conseqüente defesa de um projeto de unidade e manutenção da tradição portuguesa centrado na nova sede americana, opções que influenciariam as alternativas ulteriores pensadas pelos homens neste espaço.

Nestes termos, por trazer à luz questões nodais para aprofundamento da compreensão do período joanino no Brasil, é digno de nota o livro *Tropical Versailles*.

Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821, da historiadora Kirsten Schultz. Fruto de uma ampla pesquisa documental realizada em arquivos brasileiros e portugueses, e de um atualizado conhecimento historiográfico, a autora conseguiu reunir neste volume um mapeamento crítico de muitos dos principais pontos de tensão criados na época face à paulatina construção de uma alternativa para reordenamento político do Império, então fortemente pressionado pelas potências européias no cenário mundial. No rol de seus méritos, salienta-se a preocupação por uma narrativa que atenda e esclareça ao público não especializado no assunto (especialmente por meio de notas explicativas ao longo do texto), ao mesmo tempo em que contribui para um avanço no conhecimento do tema. Longe estamos, portanto, de um livro de história do Brasil que sirva meramente de introdução ao público estrangeiro.

Tendo em vista o complexo quadro de relações que se estabeleceu com a arribada do Príncipe Regente e sua família, a autora afirma ser seu objetivo principal o entendimento de como os contemporâneos ao processo de instalação da Corte no Rio de Janeiro, fossem emigrados ou habitantes da porção americana do Império, definiram o significado deste evento e responderam às transformações então em andamento. Contudo, sua preocupação está além da simples percepção dessa questão no plano da enunciação dos discursos, centrando-se igualmente na compreensão das ações e práticas que intrinsecamente dialogavam com o novo status social e político da cidade.

Nestes termos, Schultz recupera a imagem de uma “Versalles tropical”, criada no início do século XX por Oliveira Lima, dotando-lhe de um sentido próprio. Se para este historiador o uso desta poderosa alegoria serve para exaltar os aspectos “positivos” no andamento da política no Brasil, para a autora, ela retrata a ambigüidade presente neste esforço de criação de um Império pretensamente universal na América sob a égide das estruturas herdadas pela empresa colonial. Desta forma, o encontro do soberano exilado com seus vassallos no Novo Mundo gestou contradições que se revelavam pela concomitância entre a necessidade de modernização – ou “civilização” como diziam os coevos – do espaço e a manutenção dos laços tradicionais da monarquia portuguesa. Mas, não obstante a operacionalidade do

argumento, que permite análise refinada quanto às várias rupturas e continuidades do processo, Schultz acaba por enunciar o problema focando-o especificamente na escravidão como o ponto nodal dessa herança – entendida como “obstáculo” à civilização pelos homens da época – impossível de ser alterada em 1808, e que por isso teria estabelecido ao lado da hierarquia entre o soberano e seus vassalos uma outra clivagem: a do senhor e de seus escravos.

A narrativa se inicia com um esforço de síntese histórica dos anos que antecederam o período escolhido e, logo no primeiro capítulo, descreve-se como o projeto da alocação do centro da monarquia na América, a qual já existia desde séculos anteriores em Portugal, tornou-se uma real possibilidade nos últimos anos dos setecentos. Esta opção foi sustentada por meio do discurso ilustrado da época que, por um lado, exaltava as qualidades do Brasil dentro do desenvolvimento português na defesa da criação de um Império luso-americano, e por outro, tentava evitar ao máximo consequências negativas das guerras européias na política do Reino. A autora ressalta que apesar da difusão de uma imagem de manutenção da “glória” da monarquia quando da saída da família real da Europa, a legitimidade do fato ainda precisava ser redefinida frente aos vassalos portugueses das diversas regiões.

Com a mesma perspectiva de síntese, no capítulo dois, são descritas as condições de vida no Rio de Janeiro anteriores a 1808, com ênfase na tendência já enunciada de desenvolvimento econômico e político da cidade no contexto colonial desde fins do século XVIII, assim também como do incremento das formas de controle político dos seus habitantes face à influência dos movimentos revolucionários no mundo atlântico.

É a partir do terceiro capítulo que o livro traz contribuições mais inovadoras ao tema, amparadas em ampla pesquisa. Neste, Schultz trata das leituras que os emigrados fizeram da América, caminhando desde o inicial estranhamento – que se expressava em visões altamente negativas do espaço – até a aceitação da possibilidade de se permanecer por tempo indeterminado na nova Corte, tudo fartamente documentado à luz de correspondências e relatos da época. Num outro sentido, explora como os homens da terra interpretaram a chegada da família real à cidade – por meio de

um discurso que enaltecia o horizonte de “fortuna e felicidade” da ex-colônia – aliada às novas possibilidades de ascensão política e nobilitação então colocadas.

Apesar de reproduzir, como outros livros sobre o período joanino o fizeram, uma extensa descrição das reformas urbanas imbuídas num ideal de “civilização” do lugar e de seus moradores, bem como das tensões surgidas nos seus desdobramentos, a autora agrega novidades especialmente no tocante à análise da ação da Intendência Geral de Polícia e sua função de controle geral dos habitantes e estrangeiros na cidade, constante do quarto capítulo. Aversa à idéia de que teriam sido as elites que preponderantemente participaram do processo político, ela também analisa os comportamentos tidos pelo governo como “desviantes” à luz de sua difusão por vários níveis sociais, assim como os pasquins que circulavam com críticas às autoridades, e os espaços de discussão e leituras de periódicos então proibidos de circular. O tratamento dado pela Intendência aos escravos merece atenção especial, quando Schultz evidencia as ambiguidades na criação de uma política de Estado que controlasse tanto os abusos dos senhores como o ir e vir dos negros pelas ruas.

240

Outro ponto alto do livro é a discussão sobre a manutenção dos laços de identificação com a monarquia na nova Corte, tema do quinto capítulo. Especialmente quando se trata da conciliação das idéias de vassalagem e justiça real, amplamente reforçadas com a prática da “economia da graça” pelo soberano, e as formas de acesso que neste universo se abriram para os escravos. Se ao homem livre a possibilidade de participar de cerimônias reais e do envio de petições ao monarca era norma comum, o fato de não se poder negar aos negros esse acesso – pois no limite também eles eram vassalos do rei – criava um impasse no tocante ao significativo número de pedidos de alforria. E como existiram casos em que os negros conseguiam obter alguma vantagem em relação aos seus senhores – ainda que dificilmente sua liberdade – o número de petições aumentava. De posse de farta documentação sobre o tema, a autora é bem sucedida em abordar aqui uma das dimensões da contraditória relação que se desenvolvia entre os escravos e a Coroa.

Ao desenvolver o que chama de “Império florescente”, termo que dá título ao sexto capítulo, ela trata da elevação do Brasil a Reino em 1815 e das tensões que se

criaram com o novo ordenamento do centro da monarquia que cada vez mais parecia ser definitivo. O foco central desta discussão são as idéias de José da Silva Lisboa e a defesa que fez do encaminhamento da política joanina, intrinsecamente ligada à implantação da liberdade de comércio e à concepção de manutenção da “ordem política” – contra o perigo das “revoluções” – como fundamentais para a restauração da unidade portuguesa na América. Aqui Schultz não deixa de apontar as dissidências que existiram a esse projeto, amplamente difundidas na cidade, e expressas especialmente pelas críticas aos acordos com a Inglaterra em 1810, ainda pouco conhecidas pela historiografia.

A chegada do constitucionalismo no Rio de Janeiro após a Revolução do Porto de 1820 é tema do sétimo e último capítulo que, frente aos anteriores, não apresenta grandes novidades. Vale notar a análise de documentação referente a uma série de panfletos e pasquins, constante no Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro, que começaram a circular de forma intensa na cidade após o fim da censura régia sobre a imprensa, em março de 1821. Também a publicação de periódicos e a novidade da nova “ordem constitucional” é enfocada pela autora nos vários temas que entram em voga – como o da necessidade de publicidade da ação do governo, do despotismo como sinônimo de absolutismo, das críticas aos privilégios e às arbitrariedades, da liberdade da imprensa, entre outros – e que vão fornecer substrato ideológico à consecução de ulteriores projetos políticos concebidos no Império e implosão da unidade portuguesa.

Tendo em vista o conjunto e a qualidade da obra, alguns pontos suscitam, pela sua relevância, discussão. O primeiro é que a excessiva ênfase na formulação da tese da manutenção da escravidão como substancial ambiguidade na nova situação urbana no Rio de Janeiro tende a restringir a complexa dimensão das permanências que o desdobrar da leitura de seu próprio livro mostra de forma ímpar. Difundida verticalmente pelos mais diversos setores sociais, as contradições gestadas pela instituição escravista conviveram lado a lado com outras produzidas pela própria política imperial portuguesa que, num esforço de modernização, mantinha intacto um sistema de privilégios e de práticas clientelísticas historicamente enraizados na base da monarquia *pari passu* ao acolhimento de novas concepções liberais e de livre-comércio.

Por valer-se dessa ênfase, a autora tende a entender que existiu no Rio de Janeiro uma ambivalente leitura do liberalismo que, se no resto do mundo significou uma defesa da inclusão dos cidadãos à esfera da política, teve efeito contrário no Brasil com a exclusão dos negros. Afirma que por esta razão até a posterior Carta Constitucional de 1824 não teria deixado clara sua posição quanto à escravidão. No entanto, o que cabe notar é que foi a dimensão do liberalismo como defesa e garantia da propriedade individual, ou seja, do negro cativo comprado no mercado, presente na montagem do sistema liberal no Brasil, que permitiu a perfeita manutenção da instituição dentro da nova ordem política econômica mundial. A posse privada é também o limite do poder de ação do Estado, exemplificado pelas ações do próprio Intendente de Polícia do período joanino no Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, quando procurava intervir nas relações entre os senhores e os seus escravos no sentido de evitar excessivos maus tratos, sequelas físicas, morais, e até a morte de negros, como discutido ao longo do livro.

242

E cabe notar que, embora Schultz enuncie no prefácio do livro não possuir pretensão de explicar a independência, além de refutar a idéia que a vinda da Corte em 1808 já teria enunciado sua consecução – que chama de inequívoca herança de uma interpretação “nacionalista” e teleológica – ela não consegue se desvincilhar desses problemas ao fim da obra. Ao escrever um “epílogo”, ao contrário de uma tradicional conclusão, em que faz um resumo dos acontecimentos que se seguiram após 1821 com a volta do rei a Portugal em pouco mais de dois parágrafos, a autora abandona sua opção pelo desvelamento da complexidade das relações estabelecidas. Dá a entender, ainda que sem intenção de fazê-lo, que a continuação da história que discutiu foi a da separação entre os dois hemisférios como consequência das tensões políticas que se estabeleceram entre as duas partes do Império desde 1808.

Quanto à compreensão da dimensão que teve o processo de instalação da família real para o futuro desmembramento do Império português em 1822 – indagação que pode ser feita sem que se caía num erro de anacronismo – faz-se necessária sua inserção no quadro mais amplo das contradições gestadas pela crise que atingiu o Império português desde fins do século XVIII. Só assim, ou seja, entendendo os

acontecimentos aqui tratados como respostas encontradas pelos homens da época na busca de novas alternativas que pudessem solucionar problemas enfrentados pelo Império desde antes da ascensão napoleônica, é que se pode encontrar pistas para uma análise mais refinada da questão. Como não é objetivo do livro tratar desse problema, seus méritos permanecem, portanto, inegáveis.